

PROJETO  
REGIÕES RURAIS  
2015  
  
RELATÓRIO TÉCNICO

Presidenta da República  
**Dilma Rousseff**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Nelson Barbosa**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta  
**Wasmália Bivar**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luis Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**Paulo César de Moraes Simões**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia  
**Cláudio Stenner**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística – IBGE**  
Diretoria de Geociências  
Coordenação de Geografia

# **Regiões Rurais**

## **2015**

**Relatório Técnico**

Rio de Janeiro  
2015

# Sumário

<b>Apresentação</b>	5
<b>1. Introdução</b>	6
<b>2. Bases conceituais</b>	10
<b>3. Bases metodológicas-operacionais</b>	21
<b>4. Limites, toponímia e numeração das Regiões Rurais</b>	36
<b>5. Referências</b>	37

# Apresentação

O Projeto Regiões Rurais tem por objetivo elaborar a divisão regional do Brasil a partir da dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial no território nacional.

Em termos conceituais-metodológicos, ele se alinha ao movimento de complementaridade entre a produção geográfica e estatística do IBGE ao propor uma base regional adequada para a divulgação das estatísticas agropecuárias dessa instituição.

O Projeto propõe uma regionalização aderente não só às diferenças geográficas que caracterizam o espaço rural brasileiro, como em sintonia com as terras legalmente delimitadas para fins de preservação cultural e ambiental e os grandes espaços urbanos do país.

Nesse sentido, a divisão regional irá proporcionar uma divulgação dos dados censitários mais próxima às novas demandas da sociedade em torno da produção de informações segundo recortes territoriais cada vez mais ajustados às diversas formas de ocupação construídas ao longo do tempo.

Além disso, como proposta de divisão regional do espaço rural brasileiro ele constitui simultaneamente a etapa final do Projeto Atlas do Espaço Rural Brasileiro 2011<sup>1</sup> e a fase inicial de uma linha de pesquisa contemplando o acompanhamento anual da dinâmica territorial da agroindústria nacional, a ser desenvolvida pela Diretoria de Geociências a partir de 2015.

Acompanhando essa linha de pesquisa, o Projeto Regiões Rurais será atualizado através da análise relacional da localização geográfica de pontos, áreas e fluxos que se movimentam no território brasileiro e que são monitoradas pelas pesquisas agropecuárias do IBGE.

**Wadih João Scandar Neto**  
Diretor de Geociências

---

<sup>1</sup> Ver [www.metadados.geo.ibge.gov.br](http://www.metadados.geo.ibge.gov.br)

## 1. Introdução

De acordo com Bernardes (2005), o espaço rural brasileiro já não pode ser mais visto como um lugar de tempos lentos. As sucessivas evoluções tecnológicas impõem novos ritmos e, até mesmo, as atividades primárias associadas historicamente ao tempo da natureza há muito estão submetidas ao tempo das máquinas.

Desse modo, é cada vez mais necessário compreender as diferentes formas de organização espacial do meio rural, tornando imprescindíveis pesquisas periódicas que consigam acompanhar e retratar esse mundo em acelerado processo de mutação.

Uma das formas clássicas de produzir o conhecimento da geografia de um país se faz através da construção de regiões, que se materializa através de conceitos e métodos continuamente analisados pelos pesquisadores. Assim, a necessidade de atualização dos recortes sub-regionais do espaço rural brasileiro vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território nacional como resultado das transformações ocorridas ao longo dos anos.

O projeto possibilita, assim, uma análise regional que acompanha as mudanças verificadas nos conceitos e métodos da geografia e na própria realidade rural no Brasil e no mundo em constante transformação. Nesse sentido, o caráter transitório da regionalização proposta é reafirmado dado o compromisso com seu tempo histórico.

Além disso, é assumido no projeto o desafio de ultrapassar as definições substantivas do rural, passíveis de serem expressas em um único critério ou dimensão, para outras onde seja possível vislumbrar o conteúdo relacional entre o rural e o urbano com as dinâmicas territoriais que as envolvem<sup>2</sup>.

Uma das dimensões mais caras da informação geográfica contemporânea refere-se aos fluxos de comando e controle dos centros urbanos sobre o território nacional. Com efeito, no contexto da globalização, quando novas tecnologias permitem a comunicação instantânea entre grande parte das cidades e entre elas e o espaço rural,

---

<sup>2</sup> Como veremos a seguir, o mapa das Regiões Rurais brasileiras irá contemplar outras dimensões da realidade nacional que se expressam em dois recortes territoriais previamente definidos para delimitar, por um lado, as grandes superfícies no Norte e Centro-Oeste para fins de conservação cultural e ambiental e, por outro lado, as grandes concentrações urbanas do país.

é importante para a definição das Regiões Rurais brasileiras conhecer a geografia das inúmeras redes forjadas através das articulações entre empresas, estejam elas localizadas no campo e/ou nas cidades.

A estratégia das grandes empresas agroindustriais para garantir ou ampliar sua participação nos mercados nacional e mundial ocorre através do processo simultâneo de centralização de capital e de expansão/diversificação de suas plantas e produtos, o que pressupõe, portanto, uma forte estratégia espacial a ela associada seja no campo ou na cidade.

Na visão territorial contemporânea, as cidades, de diferentes tamanhos e funções, se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto entre o campo e a cidade, como entre as cidades, exprimindo e, ao mesmo tempo, influenciando as formas pretéritas e atuais de apropriação e uso do território, aí incluídos os diversos usos ligados às atividades agroindustriais.

Desse modo, a proposta de regionalização do espaço rural brasileiro na contemporaneidade será lastreada em conceitos geográficos recentemente desenvolvidos por Veltz<sup>3</sup> (1999) e Haesbaert (2005) através de noções como as de território-rede e território-zona ou contíguo, superando, entre outros, a dicotomia cidade-campo.

No que se refere ao território-rede, o critério definidor é o grau de centralidade, isto é, de comando que as cidades e suas funções exercem sobre o campo no Brasil, sendo fundamental mensurar os diversos fluxos e redes intra e inter-regionais construídos pelos segmentos que compõem o agro contemporâneo.

Nesse contexto pretende-se traçar a geografia das redes estruturadas, em grande parte, a partir da ação de grandes corporações que formam um conjunto de localizações interconectadas entre si, seja no campo e/ou nas cidades.

A ampliação dos fluxos no território, fruto da fragmentação das atividades no processo produtivo das grandes empresas, produz, concomitantemente, uma divisão territorial do trabalho mais complexa. Assim, a diferenciação dos fluxos, segundo

---

<sup>3</sup> Desenvolvidas inicialmente para estudos no campo urbano-regional, a ideia força de um “território de redes” descontínuo e segmentado desenvolvido por Veltz (1999, p.60) estabelece uma diferenciação entre “território-zona” e “território-rede” que pode ser apropriada nos estudos voltados para os espaços rurais. Com efeito, nesses últimos o “território-rede”, constituído por redes múltiplas que compõem os diversos segmentos e interesses da agropecuária brasileira, alocados em seu território, seja no campo e/ou nas cidades onde se superpõem e se emaranham, contrastando com os padrões espaciais pautados na contiguidade que caracteriza o “território de zonas”.

níveis, intensidades e orientações, está ligada a uma complexa divisão do trabalho e diversificação dos objetos e das ações engendradas socialmente (RIBEIRO, 2001, p.35) que, analisadas conjuntamente, ajudam a definir um quadro regional atualizado do espaço rural brasileiro pautado em uma trama territorial que conjuga usos contínuos e fluxos descontínuos.

Quanto ao território-zona ou de “uso contínuo”, ele é entendido nesse projeto pelos usos dominantes do espaço rural, aí incluídas também as grandes extensões do território nacional delimitados por legislação especial, como é o caso das Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A combinação entre essas duas dimensões e metodologias do espaço rural brasileiro precisa ser levada em conta, pois se a lógica em rede confere um sentido de “interação”, a lógica zonal traz consigo o sentido de “organização”, e de uso contínuo do território.

Segundo Biazzo (2014, p.20), há que se lembrar, com base em Corrêa, Bezzi e Haesbaert, a distinção entre as divisões regionais baseadas em área e os estudos regionais (ou área de influência), baseados em redes. As primeiras definem espaços de contiguidade, enquanto os segundos, espaços polarizados estruturados por funções e fluxos. Embora distintos, não são excludentes e é de seu entrecruzamento que resultam alguns dos processos de regionalização mais complexos e abrangentes que se pretende formular nesse trabalho.

A regionalização do espaço rural brasileiro, anteriormente realizada pelo IBGE, resultou na construção das Regiões Agrícolas. Ela remonta à realidade do campo brasileiro do final da década de sessenta do século passado, quando foi publicado o volume Subsídios à Regionalização (IBGE, 1968), como parte das análises realizadas para a divisão regional do Brasil em Regiões Homogêneas.

É nesse período, isto é, entre os anos sessenta e a década seguinte do século passado que ocorre a histórica virada, sem retorno, de um Brasil rural para um país predominantemente urbano, virada essa que não se limite aos parâmetros populacionais/legais, mas de profunda alteração nos padrões culturais em direção a um complexo mundo urbano-industrial.

Cabe, portanto, em 2014, uma reflexão conceitual e metodológica sintonizada com os avanços ocorridos tanto na dinâmica territorial brasileira, como nos próprios métodos e tecnologia de captar e analisar a informação estatística e geográfica no país.

A mudança de nome de Regiões Agrícolas para Regiões Rurais constitui, desse modo, uma pista inicial das alterações operadas na percepção do campo no Brasil em mais de três décadas de pesquisas desenvolvidas em geografia agrária no IBGE.

Nesse sentido, além do objetivo principal desse projeto de construir uma regionalização do espaço rural brasileiro para servir à divulgação de dados censitários, espera-se, também, contribuir para subsidiar o planejamento territorial do país através da escolha e localização de políticas e ações públicas e/ou privadas pensadas de forma estratégica.

Entender o contexto da geografia e da realidade territorial do país que marca a regionalização do espaço rural brasileiro realizado pelo IBGE ainda na década de sessenta do século passado constitui a ponte necessária para encaminhar os condicionantes conceituais e metodológicos das atuais Regiões Rurais.

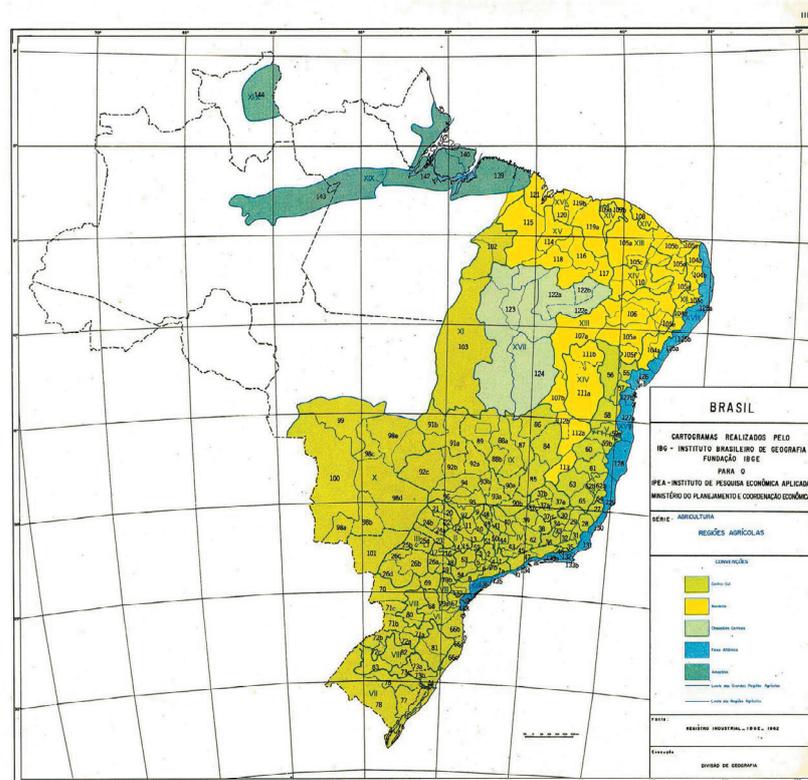
## 2. Bases conceituais

As pesquisas desenvolvidas em geografia agrária no país e, em especial, no IBGE, em fins da década de 1960 e início da década de 1970 caracterizaram-se, fundamentalmente, de acordo com Gusmão (1974), não só pela preocupação classificatória, mas pelo enfoque preferencial da organização agrária analisada através das características internas relativas ao perfil da produção agrícola.

Tais questões irão envolver a legitimação de novos conceitos, métodos e passos operacionais que, embora não excludentes com as análises tradicionais, marcam a trajetória da geografia agrária feita no Brasil a partir de meados dos anos 60 do século passado, fazendo das informações censitárias uma fonte cada vez mais imprescindível para o conhecimento do espaço geográfico brasileiro.

Exemplo clássico desse período foi síntese regional que possibilitou a configuração das 144 Regiões Agrícolas (Mapa 1), identificadas na pesquisa Subsídios à Regionalização (IBGE, 1968).

**Mapa 1**  
**Regiões Agrícolas**



Fonte: IBGE. Subsídios à Regionalização, 1968.

Com ênfase no uso da terra enquanto categoria analítica definidora da regionalização do espaço rural brasileiro, a divisão regional proposta naquele trabalho confirma a percepção de que grande parte da dinâmica espacial de ocupação do território nacional era vista naquele período através da análise geográfica focada na proporção dedicada às culturas e pastagens, enquanto o modo de utilização das terras era analisado através da distribuição espacial dos implementos agrícolas.

Com efeito, era preponderante naquele momento o entendimento e a definição das Regiões Agrárias dentro do predomínio da lógica de zona, de contiguidade, em oposição à divisão do espaço a partir da lógica polarizada e reticular, usada nos estudos de áreas de influência das cidades. Assim, os usos da terra figuraram de modo dominante se comparados ao destaque adquirido pelas interações urbanas, o que reafirma a hegemonia, ainda naquele momento em relação aos estudos em geografia agrária, da divisão regional a partir de espaços contíguos ou por zona<sup>4</sup>.

É nesse contexto que se insere o estudo precursor das Regiões Agrícolas, no qual as unidades produtivas foram delimitadas, preponderantemente, segundo a forma e o modo de utilização da terra e, para a conformação da estrutura agrária, de acordo com variáveis relativas à estrutura fundiária, ao regime de trabalho e ainda à densidade da população rural.

Entre outros temas abordados no trabalho supracitado, destaca-se o capítulo dedicado às Regiões Agrícolas que se propôs a contribuir, no final da década de sessenta do século passado, para o “entendimento das persistentes desigualdades socioeconômicas do país num momento em que o planejamento da atividade econômica, quer setorial, quer regional, se tornara peça chave na resolução destas questões, pois uma vez identificados os pontos que as realimentavam, podia-se, então, não só implementar políticas de gestão da atividade produtiva, como também direcionar com mais proveito os recursos disponíveis” (IBGE, 1968).

Na escala nacional, a construção de um projeto de integração do território brasileiro e a “modernização da agricultura” forneceram a grande referência temática que se casava, no campo da geografia agrária, com os aprimoramentos tecnológicos na

---

<sup>4</sup> Naquele período, ainda era dominante na geografia agrária brasileira uma concepção zonal vinculada à geografia francesa, com marcadas origens naturalistas (bacias hidrográficas, etc.), ruralistas (zonas de produção homogêneas) e historicistas (áreas com paisagem e tradições particulares). Ao longo do século XX, contudo, foram se gestando coletivamente na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, as sementes para uma concepção reticulada de região e de regionalização (BIAZZO, 2014).

forma de coletar, processar e divulgar as informações estatísticas e geográficas referentes ao agro nacional, com destaque para a abordagem espacial centrada nas diferenças em torno das características da produção agropecuária vista sob diferentes ângulos.

Segundo Gusmão (1978), ainda na década de setenta do século passado, procurou-se imprimir um novo direcionamento às pesquisas agrárias através de um enfoque mais abrangente da própria atividade, da preocupação com o papel desempenhado pelos espaços rurais no desenvolvimento regional, com as interdependências entre o espaço urbano e rural e com avaliação dos efeitos da cidade sobre o meio rural e vice-versa.

A importância do espaço rural no contexto urbano-regional mais amplo aparece claramente na proposta metodológica da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972), na qual é ressaltada a preocupação com a necessidade de quantificar os fluxos agrícolas na determinação da hierarquia urbana das cidades brasileiras. Tal tratamento inovador já avançava nos anos setenta do século passado com novos conceitos e metodologias que de abordagem de um espaço rural em franco processo de mudança e cuja compreensão exigia um entendimento cada vez mais imbricado entre as atividades rurais e urbanas.

Pode-se afirmar que nas últimas décadas do século XX ocorreu um processo de urbanização extensiva no Brasil através do qual a influência do ritmo e do modo de vida urbano atingiu e submeteu o campo à sua cultura e condições de consumo e produção, eliminando a separação entre o rural e o urbano e unificando a problemática regional/rural e urbana tornando-se mais afinada a uma abordagem relacional do território brasileiro<sup>5</sup>.

Na atualidade, longe de ter seu significado restrito à produção, a utilização da terra, enquanto elemento chave da realidade rural brasileira tem seu entendimento ampliado pela incorporação de novas funcionalidades e usos que localizados “no campo” estão associados à crescente e complexa reconfiguração das relações campo-cidade,

---

<sup>5</sup> Para Harvey (1975 apud BETARELLI JUNIOR, MONTE-MÓR e SIMÕES, 2013), a urbanização representa um estágio da história e deve ser tratado como um conjunto de relações sociais que reflete as relações estabelecidas ao longo de uma sociedade como um todo. Áreas urbanas, suburbanas e rurais são afetadas e incluídas dentro do processo de urbanização. O que significa dizer que o campo também se urbanizou a medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, se estenderam para além dos limites legais do espaço urbano e adquiriram dimensão regional e até mesmo nacional.

impondo uma leitura geográfica comprometida com uma visão territorial abrangente na qual sobressaem atividades e relações intersetoriais daquela relação.

Para Biazzo (2014), a região zonal não faz mais sentido por si só na atualidade, devido à forte interatividade direta entre locais muito distantes entre si, algo que a geografia ibgeana, e mesmo os órgãos estaduais e de planejamento, já vinham assimilando desde os anos 1970. As interações espaciais, os polos e as redes, também redefinem estruturas capazes de fundamentar as delimitações de regiões por polarizações e áreas de influência.

O debate acerca das relações entre o rural e o urbano com a introdução da abordagem relacional em torno de uma dinâmica territorial mais abrangente implica na compreensão de novas ramificações temáticas das interdependências entre esses segmentos espaciais, na medida em que empiricamente o campo apresenta cada vez mais injunções e interesses conjugados com a cidade e suas funções, alterando a estrutura e a dinâmica de suas relações.

Se a noção de agroindústria remete a uma noção de produção rural e beneficiamento mais ou menos complexo dessa produção, consolidado nas décadas de sessenta e setenta do século passado, a de cadeia produtiva e de circuito espacial (SANTOS,1986) conduzem a uma complexidade maior nas relações intersetoriais, uma vez que envolvem, também, o complexo sistema de circulação, comercialização, financiamento e de serviços que atualmente requalificam a atividade agropecuária tornando-a um componente crescentemente similar aos demais setores que compõe a economia brasileira e mundial, seja no campo ou na cidade.

Para Santos (1994; 1996), a modernização da agricultura e a reprodução dos elementos característicos do período “técnico-científico-informacional” indicam que a seletividade do espaço geográfico para os grandes investimentos encontra no campo até mesmo uma gama de possibilidades que podem apresentar menos resistências do que as encontradas nas cidades. Desse modo, o próprio processo de globalização foi mais intenso no campo devido sua maior permeabilidade aos interesses externos.

Nesse sentido, vem ganhando preeminência às formas organizacionais em rede, constituindo, assim, papel preponderante na geografia contemporânea, na função de tentar entender a lógica espacial dos fluxos e das redes com vistas a dar conta do

entendimento de um território cuja configuração vai além dos processos clássicos de contiguidade, como aquele representado pela expansão e dominância dos usos da terra, para abranger, também, as conexões e complementaridades funcionais entre as cidades e entre essas e o campo.

Com efeito, longe de reproduzir os padrões locacionais herdados do projeto urbano-industrial dos séculos XIX e XX, no mundo globalizado atual a “economia em rede” requer um acompanhamento constante das alterações ocorridas em um território cada vez mais fluido e transpassado por interesses diversos.

O entendimento da dinâmica territorial definida pela malha das redes e fluxos passa, assim, pela transformação dos complexos agroindustriais das décadas de 1970 e 1980, em cadeias produtivas que interligam áreas, linhas e pontos não contíguos no território, notadamente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A geografia das redes consolida-se no país nos anos noventa do século passado pela passagem para o padrão econômico que Mazzali (2000) chama de “organização em rede” no agronegócio brasileiro alcançado pelo aprofundamento do processo de inserção do país na dinâmica e nos fluxos econômicos mundiais, assim como através dos inúmeros avanços tecnológicos que permitiram aos agentes hegemônicos se estruturarem para atender tanto ao mercado interno, quanto, principalmente, ao mercado externo<sup>6</sup>.

Considerando a expansão dos fluxos gerados pela agroindústria em todo o território brasileiro, assim como o peso desta última na pauta de exportação, fica evidente a necessidade de conjugar elementos da dinâmica e do movimento espacial àqueles associados diretamente às características da paisagem e ao povoamento local, consagrados pela geografia regional.

É preciso ressaltar que mesmo as características menos associadas ao movimento espacial, como as densidades de ocupação e de uso da terra têm apresentado expressiva mobilidade, dadas as constantes mudanças ocorridas nas áreas especializadas que se deslocam tanto por questões ligadas mais estritamente ao

---

<sup>6</sup> A noção de “organização em rede” remete a Storper (1999, p.57), segundo o qual no atual “capitalismo de aprendizagem” (pós-1970) há três componentes da “santíssima trindade” da economia regional: a tecnologia, as organizações e os territórios. A tecnologia é marcada pela diversificação e flexibilidade, processos não-hierárquicos e trabalhos em rede. As organizações são as empresas e os sistemas de produção não verticais. Os territórios são os complexos, as economias externas de escala, as vantagens relacionais regionalmente específicas.

esgotamento do solo, quanto àquelas ligadas à própria indução espacial promovida pela política pública aí se destacando a expansão da malha viária.

O dinamismo no uso do território tem-se acelerado na contemporaneidade, de acordo com Santos e Silveira (2001), com as transformações no padrão locacional das áreas especializadas no campo brasileiro, o que afeta tanto as áreas de ocupação mais consolidadas do Sul e Sudeste, como, principalmente, as fronteiras agrícolas mais dinâmicas e recentes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nesse contexto, a geografia dos usos agrícolas do território nacional passa a refletir a tendência à “flexibilização dos lugares”, dada pela alta fluidez do capital e pela inserção do território nacional no processo de globalização financeira e de mercados, aí se destacando os das *commodities* agrícolas.

Para Miranda e Martins (2000, *apud* CORRÊA, 2012), “as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de desregulamentação das economias nacionais e as alterações nos padrões tecnológicos de algumas indústrias e do setor de serviços respondem em parte por essa onda de fusões e aquisições na presente década).

Conforme Castillo (2007), as próprias ações governamentais parecem seguir na direção de melhorar as condições da integração aos mercados externos, situação que se traduz em políticas públicas de transporte e logística<sup>7</sup> a partir da expansão e consolidação de fronteiras agrícolas em áreas de Cerrado do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com o intuito de viabilizar os circuitos espaciais produtivos de algumas culturas de grande importância nos mercados internacionais.

Sob o ângulo geográfico, a logística pode ser compreendida como [...] o conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e

---

<sup>7</sup> Conceito de origem militar, do ponto de vista empresarial, a logística consiste basicamente em proporcionar a circulação de produtos de modo eficiente, com custos de fretes competitivos. Para Batista (2005 *apud* FORNARO, 2012): o conceito correto de logística vem do grego *Logistikós* (aquele que sabe calcular racionalmente) e tem a visão de custo. Portanto, a logística tem que ter uma abordagem sistêmica da origem até o destino final dos produtos interna e externamente e está inserida na cadeia de suprimentos, ou seja, matéria-prima, insumo, produção, transporte, impostos, distribuição, fluxo de informação, burocracia, gargalos institucionais, e principalmente a eficiência gerencial.

competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos. Trata-se da versão atual da circulação corporativa (CASTILLO, 2007).

Com efeito, a geografia das corporações revelada pelos fluxos dos principais segmentos agroindustriais que dinamizam o espaço rural brasileiro está, em grande parte, associada a um complexo de interesses nos quais são dominantes as estratégias de expansão do agronegócio que induzem e são ao mesmo tempo reflexo da expansão das redes físicas que cortam o território tornando-o mais fluido e receptível àquelas estratégias.

O espaço rural, notadamente em áreas de atração migratória mais recente do interior do país, como a Região Norte, Centro-Oeste e partes do interior nordestino, passa a ter sua dinâmica ligada predominantemente aos interesses das grandes empresas do agronegócio nacional e internacional, colocando muitas das cidades aí localizadas diante de uma ordem oriunda de centros de comando que dominam os sistemas produtivos em escala global, configurando aquilo que Santos (1993) denominou de “Brasil agrícola com áreas urbanas funcionais ao agronegócio globalizado”.

Nesse contexto, o refinamento conceitual e metodológico/operacional na delimitação e caracterização das Regiões Rurais passa, assim, pela necessária absorção dos fluxos que transpassam o espaço rural brasileiro enquanto categoria de análise fundamental para dar conta da complexa realidade do campo na atualidade, onde o rural não se resume mais ao lugar de realização de atividades primárias estrito senso, mas, antes, a uma trama territorial envolvendo os campos e cidades, com destaque para a integração intersetorial da economia.

Desse modo, não resta dúvida que o espaço agrário nos últimos quarenta anos passou por um intenso processo de transformação, perdendo a autonomia relativa que possuía e se integrando cada vez mais à esfera econômica, social e cultural/ambiental de uma sociedade e de um território em crescente articulação entre o rural e o urbano.

Conforme visto anteriormente, parte-se do pressuposto de que o território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade, mas incorpora, como um de seus constituintes fundamentais, o movimento, as diferentes formas de mobilidade, ou seja,

ele não é apenas um “território-zona”, mas, também, um “território-rede” (HAESBAERT, 2005).

O entendimento conjugado desses dois ângulos de observação é que deverá demarcar os parâmetros conceituais e metodológicos da diferenciação regional desse projeto ao privilegiar não só a contiguidade geográfica e as divisões político-administrativas, isto é, a leitura “horizontal” do território, como, principalmente, os diversos fluxos (materiais e imateriais) que o transpassam, refletindo os diversos interesses internos e externos aí presentes.

A análise dessas articulações objetiva uma compreensão das possibilidades de desenvolvimento considerando, também, suas potencialidades endógenas e não apenas aquelas vinculadas ao processo de integração via comércio internacional de *commodities*, seguindo o histórico processo de ocupação via exploração dos recursos naturais existentes no imenso território brasileiro.

Nesse sentido, a fluidez e a dinâmica atualmente existente no uso do território brasileiro nos coloca como questão crucial, em termos conceituais e metodológicos, o desafio de se lidar, simultaneamente, com vários ângulos e escalas de análise.

Para Santos (2001), o território e, mais adiante, o seu uso, “pode ser definido pela implantação de infraestrutura, mas, também, pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos (e a localização) da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, além do arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” e, conseqüentemente, estão na raiz dos novos modelos de divisão regional na atualidade.

Ressaltando a heterogeneidade do rural contemporâneo que vai muito além da mera construção de indicadores estatísticos e do mapeamento da distribuição espacial, conforme visão dominante no passado enfatiza-se, no presente, a variedade de funções e mecanismos que respondam pela dinâmica dos espaços rurais, fazendo dele um vetor central de entendimento do quadro regional brasileiro.

A geografia da agricultura e pecuária no Brasil vem seguindo, assim, cada vez mais, uma dinâmica espacial que tem como motor o comércio mundial de *commodities* e, portanto, a logística que envolve não só as áreas agrícolas, como sua

localização frente às vias de circulação e aos pontos de armazenagem, processamento e distribuição da produção e de serviços, o que torna central seu entendimento conjugado às relações que estabelece com as cidades.

Nesse contexto, a distribuição espacial da agropecuária tem avançado em direção ao interior do país em terras antes consideradas de baixa capacidade de suporte natural do Cerrado brasileiro onde, contudo, a introdução de novas tecnologias, tanto nas espécies vegetais, como naquelas que alteram as características químicas dos solos, permitiram a incorporação de extensas regiões do interior do território brasileiro ao mercado mundial, enquanto um grande produtor de grãos e de carne, bem como daqueles produtos tradicionais da pauta de exportação, como o café e a cana-de-açúcar, além da perspectiva de consolidação do país enquanto exportador de bioenergia.

A prevalência da racionalidade que guia a reprodução das diversas agroindústrias em relação aos demais agentes sociais regionais passou a orientar a modernização não só das diversas culturas, como do território, e a regular as relações espaciais internas a cada região, e aquelas envolvendo a região e distintos e distantes espaços da espacialidade dos segmentos agroindustriais na escala mundial, como é o caso exemplar da agroindústria da carne. A dinâmica e a lógica de configuração e de funcionamento dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação dos segmentos agroindustriais que alcançam à região tornaram-se cada vez mais determinantes para o desenvolvimento urbano e regional.

O conceito de agroindústria é fundamental no que ele transmite de vinculação da agricultura em relação à indústria, estruturando o chamado padrão agroindustrial, no qual o capital industrial passa gradativamente a comandar o processo produtivo, impondo importantes mudanças na organização social da produção, na medida em que estimula a mercantilização do conjunto das atividades produtivas, desde a produção até a comercialização (LIEDKE, 1977 apud SILVEIRA, 2007).

Em termos conceituais, tem-se também como pressuposto a contribuição de Milton Santos quando lembra que o uso do território não é o mesmo para as diversas empresas e segmentos que nele atuam, na medida em que os mesmos sistemas de engenharia e os objetos e sistemas técnicos então existentes no território acabam sendo utilizados diferente e seletivamente pelas empresas.

Como para cada empresa a força do mercado apresenta-se distintamente em termos de limites e possibilidades, a estrutura locacional, as estratégias produtivas e o modo de uso do território igualmente serão diferentes e desiguais entre elas e entre os segmentos agroindustriais na qual estão inseridas diversas empresas.

Distintas serão assim as topologias de suas estruturas operacionais no território, as configurações de seus circuitos espaciais de produção e diferente será também a capacidade de cada empresa em articular determinado círculo de cooperação entre distintos agentes sociais, de modo a viabilizar o movimento no território da sua produção, assegurando assim a reprodução do capital (SANTOS, 1994).

Distinta é, portanto, a geografia de cada segmento agroindustrial formada pelo conjunto de pontos e fluxos, curtos e longos, que interliga dinamicamente os diversos agentes que aí operam. E é basicamente a geografia desses fluxos aliada aquelas dos usos especializados da terra, que irão conformar as regiões propostas nesse projeto.

Os conceitos de circuitos espaciais de produção e os de círculos de cooperação oferecem assim a possibilidade de apreendermos um conjunto de relações e padrões espaciais entre os diferentes lugares que participam da divisão territorial do trabalho dos distintos segmentos agroindustriais mapeados nesse projeto.

Nesse contexto, a interiorização da rede de estradas, de energia e de comunicação em direção ao Centro-Oeste e ao Norte vem revertendo a posição estratégica do interior do Brasil frente ao competitivo mercado de *commodities* agrícolas, ampliando as escolhas dos diferentes lugares que participam dessa divisão territorial.

Ao mesmo tempo em que o conteúdo dos distintos lugares condiciona a dinâmica de funcionamento da divisão sócioterritorial do trabalho dos diversos segmentos agroindustriais também esta é portadora de forças de transformação, ações que promovem a criação de novos objetos técnicos, especializações, diferenciações e possibilitam novas relações espaciais, novas solidariedades entre os lugares da região, e entre eles e os demais que configuram os diversos complexos agroindustriais.

Cabe destacar que em nossa análise tanto a ideia de cooperação quanto a de solidariedade espacial se fundamentam em um sentido de interdependência e de complementaridade entre os agentes sociais e entre os lugares envolvidos no funcionamento

dos diversos complexos, orientados pela lógica específica que organiza a produção e a reprodução das condições materiais e imateriais existentes no desenvolvimento desse modelo de agroindustrialização (CASTILLO et al., 1997).

Trata-se, assim, por um lado, de transformações de ordem econômica, que afetaram profundamente a forma de produzir e de distribuir a produção agropecuária no mundo e que se traduziram, especialmente, pela progressiva modernização do processo de produção aliada a um movimento contínuo de integração desse setor aos mercados, inclusive e, sobretudo, aos mercados extralocais, aí se destacando o comércio internacional de carne e grãos.

No Brasil, em particular, tal segmento tem passado por acelerado processo de concentração e centralização do capital que ocorre como reflexo de fusões e aquisições realizadas nas duas últimas décadas em segmentos como o da carne bovina, soja e cana-de-açúcar, que tem reconfigurado continuamente o espaço rural brasileiro, colocando em novos termos a dinâmica territorial do agro nacional cada vez mais articulada às demandas e logística formuladas em nível global.

A internacionalização de diversos segmentos da agroindústria brasileira, como a do setor de frigoríficos, óleo de soja e sucroalcooleiro sugere a necessidade do entendimento de sua espacialidade articulada à rede urbana e de transporte, isto é, aos elementos que constituem a “ossatura” do território nacional (BECKER, 2006).

O compromisso da regionalização ora proposta é, assim, fornecer uma visão abrangente do agro nacional contemporâneo colocando em foco os grandes interesses corporativos que marcam a geografia do espaço rural brasileiro, a partir dos quais se podem contextualizar outras leituras geográficas subsequentes, através de projetos posteriores, que destaque diferentes interesses, como os da agricultura familiar em seus diversos segmentos, que compartilham e disputam esse espaço, servindo à caracterização mais acurada das regiões rurais propostas.

Nesse sentido, elaborar uma regionalização do espaço rural brasileiro pautada na dinâmica relacional/locacional formada entre as áreas de produção, de processamento e de comercialização dos diversos segmentos da agroindústria nacional constitui o objetivo central desse projeto.

### **3. Bases metodológicas-operacionais**

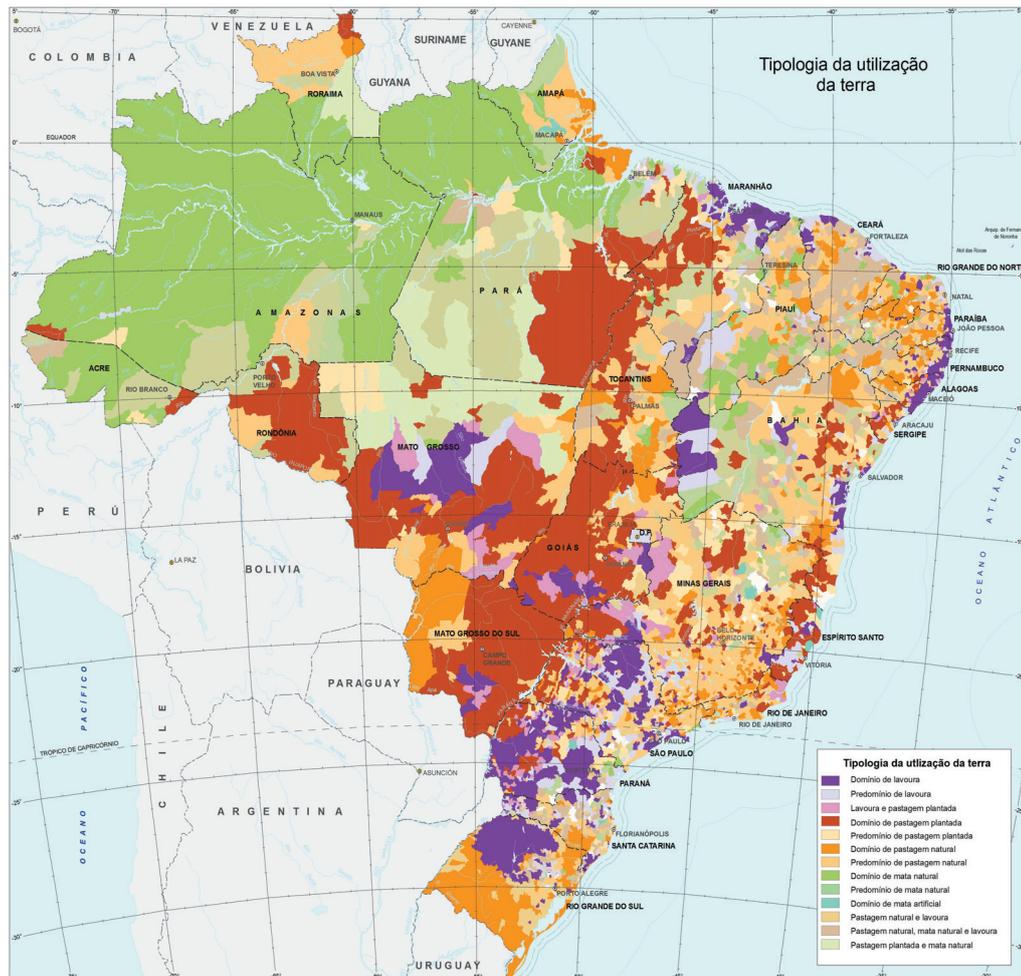
A metodologia de regionalização parte, como visto anteriormente, de uma interpretação multidimensional do espaço rural enquanto território transpassado por diversos interesses que se manifestam tanto através de feições construídas pelo território-rede, constituída por pontos e fluxos, como através do território-zona aqui caracterizado pela geografia dos usos dominantes do espaço rural e também pela presença, notadamente no Norte e Centro-Oeste do país, de grandes espaços contínuos delimitados legalmente para fins de conservação da cultura e da natureza, como é o caso das Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que, nessas regiões atingem enormes extensões territoriais, tornando mais complexo o desafio da regionalização.

Nesse contexto, em termos operacionais, dentre as referências geográficas que contribuíram para definir as regiões rurais aqui propostas estão o Mapa relativo à Tipologia da utilização da terra (Mapa 2) e o Mapa das Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federal (Mapa 3), uma vez que o território nacional possui na atualidade enorme extensão de suas terras comprometidas com usos pré-definidos por legislação específica, o que implica em um entendimento e em uma base de informação geográfica que vá muito além da informação da produção agrícola estrito sensu.

Na escolha metodológica dessas duas geografias para representar a feição visível do espaço rural brasileiro, fica evidenciado que hoje em dia a dinâmica de ocupação do território nacional, expressa na reespecialização e refuncionalização contínua das diferentes partes que o compõe, é resultado não só dos interesses das grandes corporações e da localização de suas unidades de produção, fabris e de serviços, mas, também, de territorialidades legitimadas na valorização da diversidade cultural/ambiental brasileira, conforme mencionado anteriormente.

## Mapa 2

### Tipologia da Utilização da Terra



Fonte: IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2011.

A tipologia da utilização da terra remete às grandes categorias dos usos dominantes no espaço rural brasileiro<sup>8</sup> e constitui, juntamente com aquele referente às Terras Indígenas e Unidades de Conservação enquanto elementos do espaço rural aqui definido como “território contínuo” ou “território-zona” (HAESBAERT, 2005), que dada às características de continuidade incorporam elementos naturais e culturais do território.

<sup>8</sup> As grandes categorias de uso da terra foram medidas segundo a participação das matas, pastagens e lavouras na área dos estabelecimentos rurais, estruturando as graduações de domínio, predomínio e de combinação dos grandes usos representados pelas categorias censitárias abrangentes de matas naturais, pastagens (naturais e plantadas) e de lavouras. Cabe ressaltar que o detalhamento desses grandes usos pelos diversos segmentos agropecuários (produção de carne bovina, soja, cana, café, frutas, etc.) é tratado no espaço dos fluxos e redes individualizados que, na atualidade, definem interesses por vezes muito segmentados do espaço rural brasileiro.

O mapa 2 permite uma visão conjunta do território nacional segundo os padrões regionais que distinguem, por um lado, as formas de especialização e domínio que representam a supremacia de determinados usos da terra, classificados de predomínio e associações<sup>9</sup> e, por outro lado, uma divisão territorial do trabalho agropecuário, com a conseqüente diferenciação de áreas, cuja dinâmica obedece à lógica produtiva que transita por complexos sistemas de produção com uso intensivo de tecnologia a sistemas rudimentares de exclusão fundiária e técnica (RODRIGUES, 2009).

Esse mapa constitui uma contribuição no sentido de propor uma classificação sobre a ocupação do território brasileiro a partir das informações sobre utilização da terra. O desafio dessa abordagem é superar o enfoque tradicional no qual os dados de utilização da terra são avaliados estritamente como um inventário, na direção de um entendimento mais ampliado dessa categoria de informação, agora comprometida com uma análise integrada de constituição de padrões de ocupação do território pela agropecuária<sup>10</sup> (RODRIGUES, 2009).

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) define como utilização da terra as lavouras permanentes e temporárias, terras em descanso, pastagens naturais e plantadas, matas naturais e plantadas, além das terras produtivas não utilizadas e inaproveitáveis. Para efeito desse mapeamento foram considerados três grupos de categorias, a saber: lavouras, pastagens e matas então, a classificação em domínio, predomínio e associação corresponde a uma série de interseções feitas entre as diversas proporções dessas categorias de uso da terra.

Na atualidade, à intensificação da tecnologia no campo, com a difusão do agronegócio globalizado, que tem o poder de impor especializações produtivas ao território, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, uma vez que, entre outros motivos, a gestão do agronegócio necessita da sociabilidade e das funcionalidades urbanas. Tal fato explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo (ELIAS, 2007).

---

<sup>9</sup> O método de classificação em especialização, domínio, predomínio e associação corresponde ao agrupamento dos municípios, segundo as diversas proporções das categorias de utilização da terra.

<sup>10</sup> O Censo Agropecuário define como utilização da terra as seguintes categorias: lavouras permanentes e temporárias, terras em descanso, pastagens naturais e plantadas, mata naturais e plantadas, florestas, além das terras produtivas não utilizadas e inaproveitáveis. Para efeito deste trabalho a utilização da terra foi organizada em três grandes grupos, a saber: lavoura, pastagem e matas e/ou florestas.

Inicialmente, compreendendo um padrão de ocupação do agro nacional caracterizado pela presença de áreas de lavoura observa-se uma extensa faixa de terras localizadas na parte oeste dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que constitui, talvez, a mais significativa área de especialização, domínio e predomínio de lavouras no país, aí destacando-se, em área, as temporárias.

Sem dúvida, esta porção territorial traz no seu interior as marcas profundas das transformações ocorridas no padrão de produção da agropecuária nacional, acumulando características que resultaram de uma longa trajetória que tem início com a formação da zona pioneira<sup>11</sup>, mais tarde com a introdução de uma nova dinâmica produtiva marcante na evolução da agropecuária regional e nacional, ou seja, a modernização da agricultura, até chegar à constituição do que se pode chamar de território do agronegócio, por excelência, aí incluído suas profundas articulações com as áreas, as atividades e os serviços localizados na zona urbana.

A extensa área formada pela classe especialização, domínio e predomínio em lavoura pode ser considerada, assim, a resposta da importância em extensão da área plantada com os cultivos de soja, milho, amendoim e cana-de-açúcar, dentre outros, aí se incluindo, até recentemente, o cultivo de algodão.

No interior desse padrão de ocupação, destaca-se a forte proximidade entre o rural e o urbano compondo formas contínuas que tornam possível identificar esse padrão de ocupação como aquele detentor, por excelência, da “expressão contemporânea do agro nacional”<sup>12</sup>. Com efeito, cidades como Ribeirão Preto, Campinas, Sertãozinho, Bebedouro e Matão (SP), Londrina e Maringá (PR), dentre outras, inscreveram suas origens a partir da produção agropecuária, muitas das quais se caracterizando como “boca de sertão”, e, hoje, figurando como cidades centrais do agronegócio.

Nesse contexto, a região canavieira centralizada por Ribeirão Preto constitui um segmento característico do complexo mosaico territorial do agro nacional, no qual o campo encontra-se intensamente articulado, por atividades complementares, com o espaço urbano regional, não podendo, portanto ser entendido fora dessa realidade.

---

<sup>11</sup> Segundo Waibel (1955): “... as zonas pioneiras no Brasil ainda hoje não formam uma faixa contínua, mas ficam a grandes distâncias umas das outras, separadas por várias centenas de quilômetros de terras de povoamento escasso e economicamente estagnadas”. Algumas décadas se passaram e na atualidade podem ser verificados, em áreas da antiga zona pioneira, uma alta densidade demográfica, dinâmica econômica em expansão e a presença de centros urbanos com grande expressão regional e nacional.

<sup>12</sup> Como aponta Elias (2007), “nessas cidades realiza-se a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções se associam às crescentes demandas de produtos e serviços especializados das redes agroindustriais”.

De caráter mais tradicional, a lavoura, como especialização e domínio, define outra área bem delimitada na porção litorânea do Nordeste brasileiro onde a cultura da cana-de-açúcar responde por um tipo particular e historicamente marcado de estrutura econômica e social.

Outro padrão espacial, muito significativo, pode ser verificado no município de Irecê (BA), também na região Nordeste, caracterizado por uma área contínua de domínio de lavouras. Segundo Melo (1978 *apud* RODRIGUES, 2009), esse padrão espacial é encontrado na porção norte da Chapada Diamantina onde a elevada altitude dominante e a ocorrência de solos férteis derivados da composição de calcários respondem por um franca superioridade das atividades agrícolas sobre as de pecuária.

Outra situação exemplar no contexto nordestino verifica-se no polo Juazeiro-Petrolina, situado nos estados da Bahia e Pernambuco, ao configurar um padrão espacial que, apesar da pouca extensão superficial, encerra uma das mais promissoras regiões de lavoura irrigada do Nordeste brasileiro.

Neste caso o padrão territorial observado ressalta a posição central dessas duas cidades sinalizando uma configuração territorial marcada pela continuidade que caracteriza o rural, de domínio da lavoura, e o urbano, cujo dinamismo, nesse caso, tende a prever um cenário de expansão acelerada desse padrão espacial, pautado pela geometria dos perímetros irrigados e da mancha urbana derivada do crescimento do aglomerado urbano constituído por Juazeiro-Petrolina.

Apresentando um padrão de ocupação diferenciado, o cultivo da soja construiu, em anos recentes, capítulo importante na expansão da utilização da terra induzido pela lavoura. Exemplos característicos desse padrão constituem o oeste da Bahia, o sul do Maranhão e Piauí, no Nordeste brasileiro e, principalmente, o Mato Grosso, na região Centro-Oeste, que deteve, em 2006, 26% da área plantada nacional.

Com efeito, a análise da distribuição geográfica da agropecuária no Brasil deixa evidenciada seu avanço em direção ao Centro-Oeste e Norte do país, em terras antes consideradas de baixa capacidade de suporte natural do Cerrado brasileiro onde, contudo, a introdução de novas tecnologias, tanto nas espécies vegetais, como aquelas que alteram as características dos solos, permitiram a incorporação de

extensas regiões do interior do território brasileiro ao mercado mundial enquanto um grande produtor de grãos (soja, milho) e de carne.

Nesse contexto, observa-se na atualidade uma distribuição espacial da produção agropecuária nacional referenciada não só à diversidade natural do país, mas, também, crescentemente, articulada a um complexo conjunto de fatores que vão muito além das formas a-históricas de se observar a agricultura segundo sua “vocação natural”. Dentre esses fatores ressaltam-se aqueles associados a processos específicos de cada setor e das estratégias de expansão espacial interna e externa das próprias empresas, aí incluída a internacionaliza o através de aquisi es transfronteiriças como ocorre, entre outros, no setor frigorífico (CORRÊA, 2012).

Na verdade, a dinâmica geográfica da agropecuária no interior do país, aí ressaltando a área de domínio da soja constitui um fen meno central na observa o das transforma es pelas quais passam tanto a economia agrícola nacional, quanto ao prolongamento da fronteira do agronegócio, aí incluída também a expansão dos centros urbanos em dire o   Região Norte.

Essa macrorregião, contudo, assim como o Centro-Oeste, tem seu espaço rural e sua dinâmica territorial marcada por uma outra geografia modelada pela força adquirida pelos movimentos políticos contemporâneos comprometidos com a conserva o da biodiversidade e da cultura indígena brasileiras e que influíram na delimita o de extensas áreas reservadas a outras lógicas de uso do território nacional além daquele estritamente econ mico.

Os limites espaciais das Terras Indígenas e Unidades de Conserva o (Mapa 3) constituem a segunda escolha metodológica que interfere na delimita o dos espaços contínuos. Nesse contexto, cabe observar que a decisão de manter esses espaços definidos por lei no interior de grande parte das Regiões Rurais contribuiu para ampliar algumas regiões no Norte e Centro-Oeste do país, uma vez que foi necessário casar seus limites territoriais com os dos limites municipais<sup>13</sup>. Com efeito, nessas regiões, a análise do espaço rural será marcada não somente pela dinâmica das grandes corpora es, mas também pela força alcançada pela vertente ambientalista e de prote o da biodiversidade, que construiu sua própria malha territorial.

---

<sup>13</sup> No presente trabalho, uma exce o foi feita em rela o   Terra Indígena do Xingu que teve seu extenso território dividido entre duas Regiões Rurais uma vez que pelo seu interior passa a divisa de extensos municípios alocados em duas Regiões Rurais distintas localizadas no Estado de Mato Grosso.

A leitura e a delimitação do espaço rural ficam mais complexas e não podem dispensar, nos dias atuais, do mapeamento conjunto, operacionalmente realizado pela justaposição de mapas. De acordo com Verde (2004), a dimensão ambiental participa, nesse contexto, na definição dos espaços rurais por meio das especificidades da produção agropecuária (e isso não constitui novidade) e, também, por meio das novas funções que o espaço rural oferece a partir, justamente, do ambiente, como as reservas ecológicas e as ocupações não-agrícolas. Para Verde (2004), “isso constitui novidade” e aporta uma nova racionalidade ao uso do espaço rural brasileiro na atualidade.

Nesse contexto, pode-se afirmar que existe um “zoneamento prévio” da Amazônia Legal<sup>14</sup> brasileira que regula o uso de extensa porção dessa região de forma mais ou menos efetiva através da presença dessa malha ambiental/cultural que tem balizado, em grande parte, o avanço da fronteira agropecuária, sendo, portanto um dos vetores territoriais centrais na definição das regiões rurais nessa região.

Se o acesso ao mercado constitui fator clássico da geografia e da economia regional de localização/redistribuição das atividades no território, a lógica ambiental/cultural e, hoje, também, das mudanças climáticas, certamente irá acrescentar um forte viés de ordem institucional e técnica e, principalmente, irá demandar um grande esforço de prospecção do futuro no que se refere à seleção de áreas mais apropriadas para as atividades econômicas, notadamente quanto ao uso da terra (MARENGO, 2006).

---

<sup>14</sup> Na atualidade a Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44°.

### Mapa 3

## Terras Indígenas e Unidades de Conservação



Fonte: IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2011.

Após a justaposição dos Mapas 2 e 3, o desafio de operacionalizar conceitos e métodos que deem conta da realidade regional do espaço rural brasileiro conduziu ao passo seguinte, no sentido de traçar a geografia das principais cadeias produtivas que coexistem no espaço rural brasileiro.

Para tal foi elaborado mapeamento integrando informações levantadas por quatro pesquisas do IBGE utilizadas enquanto *proxy* dos usos diferenciados do espaço rural brasileiro de modo a configurar uma nova divisão regional.

As informações da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), das Estatísticas do Cadastro Geral de Empresas (CEMPRE)<sup>15</sup> e das Regi-

<sup>15</sup> As Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Secretaria da Receita Federal, que no ano de referência declararam informações às pesquisas econômicas do IBGE e/ou aos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego. Ele abrange entidades empresariais, órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos.

ões de Influência das Cidades (REGIC) foram integradas, desse modo, em uma base cartográfica com o objetivo de se entender a espacialidade das diversas dimensões – uso da terra, funções urbanas e fluxos de bens e serviços, além do destino dos principais produtos agropecuários dos municípios – que aportam a complexidade territorial do rural brasileiro.

Nesse contexto, além da distribuição espacial dos diversos produtos da agropecuária, balizaram operacionalmente o presente trabalho das Regiões Rurais o mapeamento dos segmentos industriais e de serviços, constantes das Estatísticas do Cadastro Geral de Empresas do IBGE, conforme os mapas elaborados para o Projeto Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2011)<sup>16</sup>.

As pesquisas Produção Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal forneceram as evidências locacionais aproximadas do território-zona, devido às características de fenômenos de área, isto é, espacialmente extensivos, associadas à contiguidade inerente ao ambiente rural e seu condicionamento ao meio natural.

Assim, enquanto aquelas pesquisas fornecem as áreas de maior especialização nos diferentes usos da terra, a informação proveniente das Estatísticas do Cadastro Geral de Empresas (CEMPRE) e, principalmente, da Pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008), fornecem, sucessivamente, os pontos (unidades locais das empresas) e fluxos que interligam as áreas produtivas aos centros urbanos próximos ou distantes.

Nesse contexto, cabe registrar que a delimitação geográfica das Regiões Rurais foi dada, em grande parte, pelos limites municipais dos fluxos de origem e destino construídos a partir dos principais produtos agropecuários<sup>17</sup>, conforme levantados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008).

Esse conjunto de múltiplas atividades e localizações deixa evidenciado as inúmeras interconexões presentes em um espaço geográfico que é pautado nos dias atuais pela descontinuidade, isto é, por um conjunto de localizações geográficas interconec-

---

<sup>16</sup> Ver [www.metadados.geo.ibge.gov.br](http://www.metadados.geo.ibge.gov.br).

<sup>17</sup> Esses fluxos foram construídos levando em conta tanto a compra de insumos, como o destino imediato da produção agropecuária, conforme informações levantadas e mapeadas a partir do quesito VIII do Questionário da REGIC (IBGE, 2008), cujo enunciado é o seguinte: “para os três principais produtos agropecuários, indique em quais municípios os produtores rurais compram insumos (adubos, fertilizantes, vacinas) e quais municípios constituem o primeiro destino da maior parte da produção”.

tadas entre si por um certo número de ligações, de acordo com Corrêa (2001, p.107), ao investigar as dimensões de análise das redes geográficas.

Tais ligações são aqui empiricamente representadas pelos fluxos de destino dos principais produtos agropecuários levantados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008) – que materializam as estratégias de gestão territorial dos diversos segmentos que compõem, na atualidade, a agropecuária brasileira, na qual a rede de cidades passa a ser o locus de múltiplas redes técnicas e sociais, cada uma organizada de modo específico e com uma distribuição espacial igualmente diferenciada.

Tal fato permitiu a utilização desses fluxos, em conjunto com as informações selecionadas, como elemento operacional estratégico na construção de uma divisão regional do espaço rural brasileiro, analisado em uma perspectiva territorial.

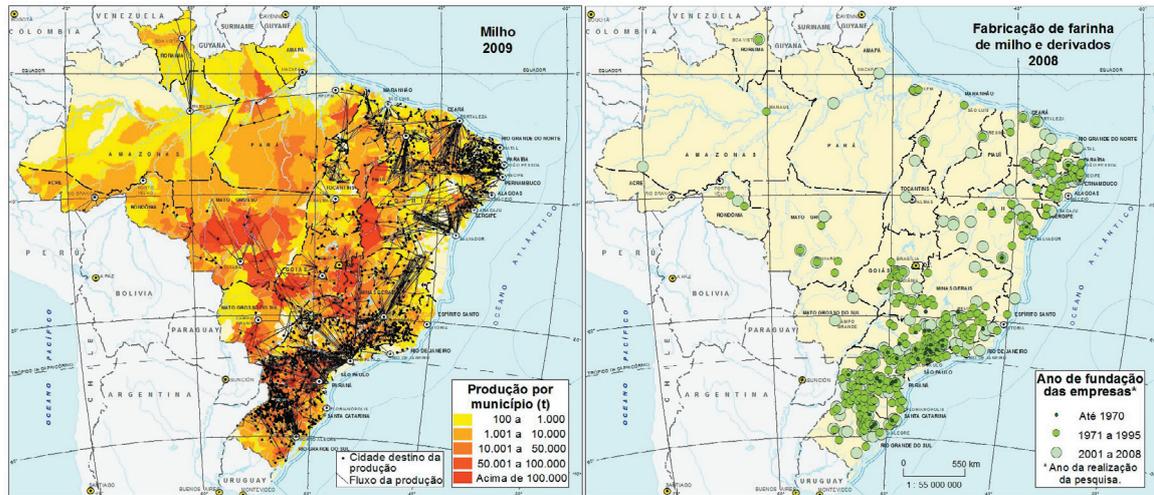
Conforme observado anteriormente, o espaço rural brasileiro ao ser analisado sob o ponto de vista intersetorial é expressão e resultado de atividades, funções e fluxos articulados, seja no campo como nas cidades, enquanto expressão concreta de grandes interesses corporativos.

A geografia de uma ampla gama de segmentos agroindustriais, aí incluídos desde aqueles que possuem enorme expressão territorial, como é o caso da agroindústria da carne, da soja e do complexo milho-aves (Mapas 4 e 5), até os segmentos de especialização territorial mais definida como os de carne suína, da agroindústria sucro-alcooleira, o de café, algodão, fumo (Mapas 6 e 7) e de diversos segmentos da fruticultura, entre outros<sup>18</sup>, que vem reconfigurando, de forma mais ou menos hegemônica com outros segmentos modernizados, uma nova divisão regional do espaço rural brasileiro.

---

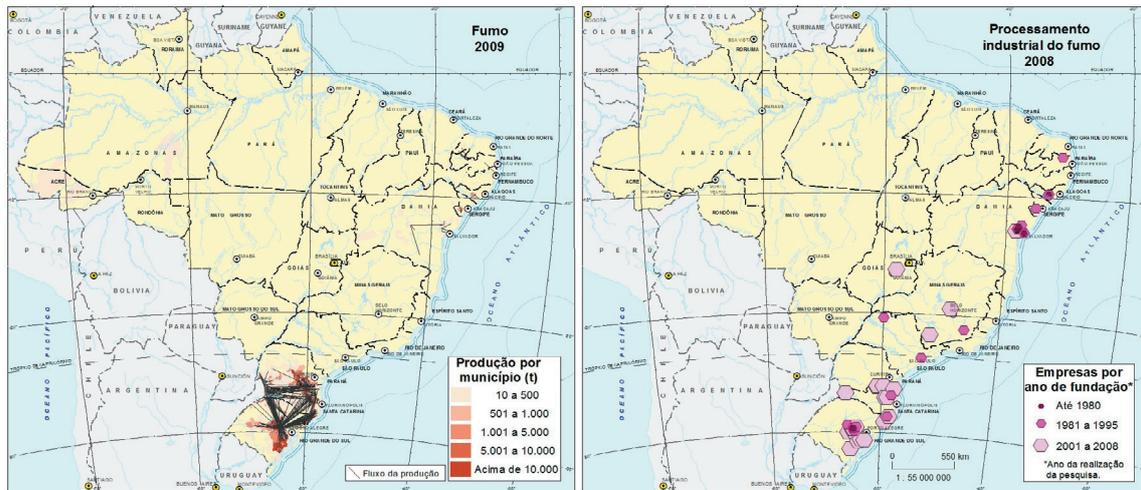
<sup>18</sup>Os segmentos analisados são os constantes de mapeamento feito para o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2011) e que estão disponível em: [www.metadados.geo.ibge.gov.br](http://www.metadados.geo.ibge.gov.br). Tais segmentos abrangem os principais usos agropecuários praticados no território nacional seja no segmento pecuário, seja no das lavouras temporárias e permanentes.

## Mapas 4 e 5



Fonte: IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2011.

## Mapas 6 e 7



Fonte: IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2011.

A produção agroindustrial/alimentar do arroz, feijão e mandioca também foram contempladas no trabalho por sua convivência com os demais segmentos, além de sua importância regional/local, como é o caso das pequenas “cadeias” de produção de farinha na Amazônia e no Nordeste.

Quanto a essa última, cabe observar que as pequenas cadeias da mandioca destinadas ao consumo doméstico (que não passam por processos de transformação ou passam por processamento mínimo) e da mandioca destinada a fins industriais

demandam diferentes dinâmicas de mercado devido à participação de agentes exclusivos para um ou outro tipo de finalidade<sup>19</sup>.

De enorme expressão territorial no Brasil, o padrão espacial da agroindústria da carne contrapõe por um lado o acentuado controle desse segmento da agroindústria por grandes frigoríficos que dominam a criação, o transporte e o abate de bois no país, assim como a exportação, seja de carne *in natura*, de animais vivos ou produtos industrializados e, por outro lado, a grande dispersão espacial de uma atividade que ocupa grandes extensões de terra, notadamente no Brasil onde a base alimentar da pecuária de corte é o campo natural.

Para Corrêa (2012), apesar do reduzido número de grandes empresas concentrarem esse mercado, existem empresas de portes diferenciados, atuando em todas as regiões do país. No Nordeste a característica é de um grande número de pequenos abatedouros e matadouros, entre os informantes pesquisados pelo IBGE. Contudo se observa nessa região número inferior de abate em comparação com o Sudeste e o Centro-Oeste do país, mas muito próximos dos dados oscilantes da região Sul.

Corrêa (2012) chama atenção ainda para o crescimento de abates verificado principalmente a partir da primeira década do século XXI na Região Norte, de fronteira agropecuária, cuja presença da pecuária bovina vem se intensificando em direção norte, noroeste e oeste, apresentando localização recente de grandes frigoríficos. Entretanto a maior parte das plantas localiza-se na Região Centro-Oeste, onde a produção de grãos se concentra no alto das chapadas e a pecuária extensiva ocupa os vales úmidos.

Na complexa dinâmica de apropriações e usos contínuos e descontínuos do território brasileiro, a geografia das diversas cadeias produtivas que coexistem no país deixam evidenciados a complexidade de atividades e interesses imbricados no agronegócio na atualidade, sendo emblemático dentre eles a geografia da cadeia produtiva da soja em direção aos portos exportadores.

---

<sup>19</sup> Enquanto para uso doméstico desenham-se dois caminhos para a comercialização do produto, isto é, *in natura* ou minimamente processada (transformada em farinha ou cortada e congelada), na produção destinada à indústria existe um número mais elevado de intermediários e agentes entre os produtores de mandioca e o consumidor final, uma vez que as raízes passam por processos mais complexos e também integram, como matéria-prima, a fabricação de diversos produtos industrializados.

Com efeito, no domínio da produção, transporte, esmagamento da soja e produção de óleo, o setor encontra-se formado por empresas estrangeiras e brasileiras, além de parcela significativa de cooperativas. Segundo Corrêa (2012), as empresas estrangeiras controlam parcela significativa da produção, exportação e esmagamento da semente de soja.

Constituindo um dos melhores exemplos de consolidação de cadeia agroindustrial e dinâmica espacial, a produção de soja iniciou-se no Rio Grande do Sul ainda dentro de uma “policultura colonial” típica do migrante europeu, se deslocando e ampliando a produção a partir da década de setenta do século passado para o oeste paranaense, reconfigurando de forma radical o espaço rural da Região Sul.

Dessa região deslocam-se os produtores de soja para a Região Centro-Oeste e Rondônia, (eixos da BR-163 e da BR-364, respectivamente), para o oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí e noroeste do Tocantins e, na atualidade, chegando ao Pará pela expansão induzida pela porção setentrional do eixo da BR-163, além de áreas esparsas próximas à calha do rio Amazonas entorno de Santarém (PA) e, hoje também, se expandindo no estado de Roraima.

No que se refere ao segmento da agroindústria da soja e também a de milho-aves pode-se afirmar que, de modo geral, elas constituem, junto à agroindústria da carne bovina, os segmentos que mais interiorizaram o comércio quanto o processo de industrialização tanto a montante quanto a jusante da atividade agrícola<sup>20</sup>.

Contudo, cabe observar que ela preserva, de modo geral, o padrão espacial dominante de concentração no Sul/Sudeste das indústrias de máquinas, equipamentos e de insumos, enquanto as indústrias de fertilizantes, ao contrário, podem se localizar nas proximidades das áreas agrícolas orientando-se, de acordo com Diniz (2006) pela fonte de matérias-primas ou pelo mercado, em função do menor custo de transporte.

Um importante passo operacional adotado na definição das Regiões Rurais foi o de eliminar os fluxos mais distantes que articulam os grandes centros de comando da agroindústria nacional, como é o caso não só de São Paulo, como de outros grandes

---

<sup>20</sup> De acordo com Diniz (2006), as indústrias à montante da agricultura são constituídas pelas produtoras de máquinas, equipamentos e insumos de uso agropecuário, enquanto a indústria à jusante é constituída pelos segmentos de transformação da produção agropecuária, com ênfase nas indústrias alimentícias e de bens intermediários. No que diz respeito à agroindústria da soja, desde a década de 1990 o Centro-Oeste é foco de instalação de várias empresas, muitas delas estrangeiras, que reorganizam o espaço da sojicultura e da produção de óleo com o fechamento de parte das esmagadoras da Região Sul e Sudeste e ampliação da capacidade de produção de Goiás e Mato Grosso.

centros urbanos cuja área de influência revela, em seu conjunto, processos específicos de cada segmento, aí incluídas as estratégias espaciais de expansão interna das empresas desencadeando diversos fluxos, conforme verificado nos mapas.

Em um momento inicial os fluxos mais curtos ligam as unidades de produção localizadas nas zonas produtoras e aqueles que articulam essas últimas às usinas de beneficiamento e/ou de processamento. Nesse sentido, passa-se, assim, de fluxos de curta distância para os de média e, finalmente, para aqueles de longa distância. Este último associado via de regra aos grandes centros consumidores ou a cidades portuárias.

Cabe destacar que foram identificados no mapa das Regiões Rurais os municípios das Grandes Concentrações Urbanas<sup>21</sup>, além de sediar 5 ou mais sedes de empresas ligadas ao setor agropecuário, de acordo com as Estatísticas do Cadastro Geral de Empresas (IBGE, 2013).

Com efeito, procurou-se selecionar com esses critérios as grandes áreas urbanas do Brasil, como a Região Metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal, entre outras, que reúnem não só as sedes de grandes empresas ligadas à agroindústria, como também as instituições financeiras indispensáveis à realização da produção.

Nesse contexto, diferentemente das unidades territoriais assinaladas anteriormente, os grandes espaços urbanos identificados no projeto possuem um papel de destaque na articulação do espaço rural brasileiro, uma vez que sediam a maior parte das instituições financeiras, além das sedes de grandes corporações envolvidas com os complexos agroindustriais.

Elas comandam, assim, os fluxos mais longos de comando do agronegócio brasileiro ao mesmo tempo em que pelo seu próprio peso populacional essas Grandes Concentrações Urbanas constituem um poderoso mercado em torno do qual se estrutura um cinturão voltado ao abastecimento urbano em produtos ligados à horticultura e, hoje também, às atividades de jardinagem, dentre outras, como as

---

<sup>21</sup> É considerada uma Grande Concentração Urbana o “arranjo populacional” acima de 750 000 habitantes e os municípios isolados (que não formam arranjos) de mesma faixa populacional, de acordo com conceito construído segundo critérios que privilegiaram a integração entre os municípios, mensurada essa última tanto através da contiguidade da mancha urbana, como através da intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo (IBGE, 2015).

associadas ao segmento de lazer, como o turismo rural, identificadas com um complexo mercado urbano em franca transformação no Brasil.

Como no caso das Terras Indígenas e Unidades de Conservação que serviram para delimitar as Regiões Rurais naquela região, os grandes espaços urbanos distribuídos em todo o país, foram aqui considerados, formando um segundo conjunto de espaços formalmente delimitados que fogem aos critérios gerais estabelecidos para delimitar as Regiões Rurais Brasileiras.

Cabe observar que enquanto os territórios institucionalizados para fins de preservação cultural/ambiental estão associados, de modo geral, aos espaços de mais baixa densidade demográfica do país, as grandes áreas urbanas distinguem, ao contrário, as áreas de maior densidade populacional do território nacional.

Quanto aos espaços urbanos aqui identificados eles têm a racionalidade de seu uso “urbano” ligada, em grande parte, a um mercado mobiliário associado cada vez mais, na atualidade, à mobilidade urbana que reconfigura continuamente o uso não só das grandes cidades existentes no país, como a dinâmica de ocupação dos territórios municipais que partilham o dinamismo inerente às Grandes Concentrações Urbanas do país.

Nesse sentido, seria inadequado associar tais espaços urbanizados a uma Região Rural, embora, conforme mencionado anteriormente, eles mantenham intensos fluxos de gestão sobre as Regiões Rurais delimitadas.

Finalmente, frente ao objetivo desta proposta de regionalização do espaço rural brasileiro de servir de base para a divulgação de informações agropecuárias do IBGE, caminha-se na direção de se obter uma base geográfica e um plano tabular para tais informações ajustados à complexa configuração territorial do Brasil contemporâneo, na qual se consolidam não só as áreas legalmente definidas para fins de preservação ambiental e cultural do país como, também, aquelas de alta densidade demográfica, formalmente delimitadas para fins de aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos grandes espaços urbanos do país.

#### **4. Limites, toponímia e numeração das Regiões Rurais**

A delimitação das Regiões Rurais ao mesmo tempo em que obedeceu aos limites municipais, teve também como critério operacional manter a integridade territorial das Terras Indígenas e Unidades de Conservação em seu interior o que resultou em alguns casos, na dilatação territorial de algumas das Regiões Rurais notadamente na Amazônia Legal.

Nesse sentido, as Regiões Rurais propostas deixam evidenciadas por um lado o desafio de se delimitar, em termos regionais, o espaço rural brasileiro e, por outro lado, a necessidade de se caminhar no sentido do levantamento e divulgação de uma informação agropecuária cada vez mais aderente ao mosaico de usos e “limites legais” que compõem esse espaço na contemporaneidade.

Finalmente, a toponímia das Regiões Rurais será dada pelo nome da cidade de maior hierarquia urbana ou de mais de uma cidade com mesma hierarquia, segundo classificação da REGIC (IBGE, 2008). Quanto à numeração, as Regiões Rurais irão obedecer à sequência numérica utilizada pelo IBGE em suas tabulações estatísticas, prevalecendo a numeração do estado que tem a maior superfície quando a Região Rural ultrapassar as divisas estaduais.

De acordo com a codificação adotada pelo IBGE, a numeração dos estados é a seguinte: 11 – Rondônia; 12 – Acre; 13 – Amazonas; 14 – Roraima; 15 – Pará; 16 – Amapá; 17 – Tocantins; 21 – Maranhão; 22 – Piauí; 23 – Ceará; 24 – Rio Grande do Norte; 25 – Paraíba; 26 – Pernambuco; 27 – Alagoas; 28 – Sergipe; 29 – Bahia; 31 – Minas Gerais; 32 – Espírito Santo; 33 – Rio de Janeiro; 35 – São Paulo; 41 – Paraná; 42 – Santa Catarina; 43 – Rio Grande do Sul; 50 – Mato Grosso do Sul; 51 – Mato Grosso; 52 – Goiás e 53 – Distrito Federal.

## 5. Referências:

- ADAS, S.** O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). USP, Tese de doutorado, 481p. 2006.
- ALMEIDA, R. S.** A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1988. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de doutorado, 712p., 2000.
- ALVES, F. D. e FERREIRA, E. R.** Panorama metodológico na geografia rural: apontamentos para a história do pensamento geográfico. 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.
- BECKER, B. et alii.** Logística e Ordenamento do Território. Projeto *Elaboração de Subsídios Técnicos e Documento Base para a Definição da Política Nacional de Ordenamento do Território*. Brasília: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006.
- BERNARDES, J. A. e FREIRE FILHO, O.L. (coords.)** Geografias da Soja BR-163: Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2005, 175 p.
- BERNARDES, N.** Características gerais da agricultura brasileira no século XX. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 23, n.2, p.103-160, abr./jun., IBGE, 1961.
- \_\_\_\_\_. O pensamento geográfico tradicional. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 44, no. 3, p.389-538, jul./set., IBGE, 1982.
- BETARELLI JUNIOR, MONTE-MÓR e SIMÕES.** Urbanização extensiva e o processo de interiorização do Estado de São Paulo: um enfoque contemporâneo. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20480.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.
- BIAZZO, P.P.C.B.** Releituras de Geografia Particular: a questão da regionalização e sua relação com o planejamento no Estado do Rio de Janeiro. UFF, Tese de Doutorado, 2014, 259 p.
- CASTILLO, R.** Agronegócio e Logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE. v. 3, p. 33- 43, 2007. **CERON, A. O. e GERARDI, L. H. O.** Geografia agrária e metodologia de pesquisa. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11799/6908>. Acesso em outubro de 2014.

- CORRÊA, R. L.** Trajetórias Geográficas. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORRÊA, D. S.** Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro. São Paulo. Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21082012-100332/pt-br.php>. Acesso em fevereiro de 2014.
- DINIZ, B. P. C.** O grande cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia. São Paulo: USP, Tese de Doutorado. 2006, 231 p.
- ELIAS, D.** O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional in Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.49-66.
- FORNARO, A. C.** Logística e agronegócio globalizado no Estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro. São Paulo, UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 2012, 157p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000879824>. Acesso em março de 2014.
- GUSMÃO, R. P.** Estudo da organização agrária da Região Sul através de uma análise fatorial. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 36, n.1, pp.33-52, jan./mar., IBGE, 1974.
- \_\_\_\_\_. Os enfoques preferenciais nos estudos rurais no IBGE. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 4, n.1, p.142-146, jan./mar., IBGE, 1978.
- HAESBAERT, R.** Região, diversidade territorial e globalização. Disponível em: [http://www.uff.br/geographia/ver\\_01/Rogério%Haesbaert.pdf](http://www.uff.br/geographia/ver_01/Rogério%Haesbaert.pdf). Acesso em 08/03/2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Rio de Janeiro: IBGE. Subsídios à regionalização. Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1968.
- \_\_\_\_\_. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972, 112 p.
- \_\_\_\_\_. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 201 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>

\_\_\_\_\_. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [www.metadados.geo.ibge.gov.br](http://www.metadados.geo.ibge.gov.br). Acesso em maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Gestão do Território. Rio de Janeiro: IBGE, [2013]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

\_\_\_\_\_. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/arranjos\\_populacionais/arranjos\\_populacionais.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/arranjos_populacionais/arranjos_populacionais.pdf). Acesso em março de 2015.

**MARENGO, J. A.** Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. MMA, Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/\\_arquivos/livro%20completo.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/_arquivos/livro%20completo.pdf) Acesso em dezembro de 2010.

**MAZZALI, L.** O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede. São Paulo: UNESP, 2000.

**MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. e MAIA, M. E. C. S. T.** Regiões Agrícolas. In: Subsídios à regionalização. Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1968, pp.59-127.

**RIBEIRO, M. A.** As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 2001, p.35-46.

**RODRIGUES, I. O.** Ocupação do território brasileiro pela agropecuária. In: XIX Encontro Brasileiro de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

**SANTOS, M.** Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. A aceleração contemporânea. In SANTOS, M. et al. (orgs.). O novo mapa do mundo. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

**SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.** O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

**SILVEIRA, R. L. M.** Complexo Agroindustrial do Fumo e Território: a formação do espaço urbano e regional no vale do Rio Pardo - RS. Florianópolis: UFSC. Tese de doutorado, 2007, 578 p.

**STORPER, M.** Las economías regionales como activos relacionales. In: Cadernos IP-PUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999, p. 29-68.

**WAIBEL, L.** In: Revista Brasileira de Geografia. Conselho Nacional de Geografia (CNG), Rio de Janeiro. Ano XVII, out./dez.1955, n.4, pp. 3-389.

**WANDERLEY, M.N.B.** Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudos preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: Edit. UFPE, 2001, 27p. (mimeo.).

**VERDE, V. V.** Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, 2004, p. 35.

**VELTZ, P.** Zonas, polos, redes: la economía de archipiélago. In: Mundialización, Ciudades y Territorios – la economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1999, p. 53-65.

# Equipe Técnica

## **Diretoria de Geociências**

### **Coordenação de Geografia**

Cláudio Stenner

### **Técnicos Responsáveis**

Adma Hamam de Figueiredo

José Carlos Louzada Morelli

André Polly Assumpção

Cristiane Moreira Rodrigues

Dalea Soares Antunes

Edinaly dos Santos Freire (estagiária)

Emílio Reguera Rua

Ethel Guedes Vieites

Fernanda de Oliveira de Castro (estagiária)

Gilson Ribeiro da Silva (estagiário)

Gustavo Medeiros de Pinho

Ivete Oliveira Rodrigues

Lidiane Cristine da Silva (estagiária)

Lidiane de Oliveira Lemos (estagiária)

Luiz Sérgio Pires Guimarães

Paulo Jorge de Barros Malta

Rogério Botelho de Mattos

Thalita Campos

Thaynnah Santos Castro da Silva (estagiária)

### **Colaboradores**

Cláudia Lellis Callado Anciães

Ronaldo Cerqueira Carvalho

Telma Tompson (DPE)

### **Gerência de Documentação e Informação – GDI**

Amauri Silva

Mônica Malaquias de Campos

### **Programa Editorial**

Altagnan Abreu Viana

Ceni Maria de Paula de Souza

Jerônimo Pedro Nogueira do Couto